

**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS –
CTCOB
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 40ª REUNIÃO**

Data: 23 de novembro de 2005

Local: Salão Nobre do Hotel Tropical Tambaú, João Pessoa/PB

Início: 9h30

Término: 17h15

REPRESENTANTES:

- Ministério da Integração Nacional: Daniel Vilani (dzvilani@hotmail.com)
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Francisco Lopes Viana (fcoviana@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRH: Rodrigo Speziali (speziali.rodrigo@cnrh-srh.gov.br)
- Ministério da Agricultura: não compareceu
- Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho (norma.carvalho@idades.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia: Emanuel Teixeira de Queiroz (emanuel@dnpm.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Francisco Martínez Júnior (martinez@cth.usp.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES: Célia Maria Brandão Fróes (celia.froes@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PR/MT: Enéas Souza Machado (eneas@pr.gov.br)
- Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Decio Michellis Júnior (decio.michellis@gruporede.com.br)
- Usuário/Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: não compareceu
- Usuário/Indústria: Patrícia Helena Gambogi Boson (tita@net.em.com.br)
- Usuário/Irrigantes: Jairo dos Santos Lousa (jairolousa@yahoo.com.br)
- Usuário/Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: Orimar Ferreira Cunha (orimar@ctrq.com.br)
- Comitês de Bacias Hidrográficas: Luiz Roberto Moretti (lmorette@sp.gov.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Francisco Carlos Castro Lahóz (francisco@agua.org.br)
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Raymundo Garrido (rgarrido@ufba.br)

CONVIDADOS:

- Ana Emília Duarte B. Paiva (AESAs) – aeduarte@ig.com.br
- André Ecia Neto – andre@ctc.com.br
- Claudio Antônio de Mauro (ANA/UNESCO-PCJ) - claudiomauro@pop.com.br
- Dalto Favero Brochi (Consórcio PCJ) - dalto.favero@agua.org.br
- Diógenes Mortari (ADASA/DF) – diogenes.mortari@adasa.df.gov.br
- Douglas Falcão Wanderley (CHESF) – dfalcao@chesf.gov.br
- Eliseu Itiro Ayabe (DAEE/SP)
- Erivelto Luiz Silveira (SANEPAR) – eriveltols@sanepar.com
- Fabiana Carolo (ANEEL) – fcarolo@aneel.gov.br
- Francisco Rossarolla Forgiarini (UFSM) – francisco_forgiarini@yahoo.com.br
- Hendrick Lucchesi Mansur (AGEVAP) - hlmansur@ceivap.org.br
- Jaildo Santos Pereira (UFAL/ABRH) – jaildo@yahoo.com
- José Alencastro de Araujo (Belgo/Piracicaba) – alencastro.araujo@belgo.com.br
- José Carlos Esquieiro (SEMAE de Piracicaba) – jesquieiro@semaepiracicaba.org.br

- 53 ■ Keniti Kawara (ABIAPE/DF) – keniti@abiape.com.br
- 54 ■ Luiz Fernando de Arruda Gonçalves (COPEL) – luiz.goncalves@copel.com
- 55 ■ Maria Aparecida Pimentel Vargas (CFLCL/CEIVAP/AGEVAP) –
- 56 vargasma@terra.com.br
- 57 ■ Maria Cristina Yuan (IBS) – crisyuan@ibs.org.br
- 58 ■ Maria Luiz Werneck (CNI) – mwerneck@cni.org.br
- 59 ■ Marcus Vinicius Lopes da Silva (SMA/CETESB) – marcuss@cetesb.se.gov.br
- 60 ■ Oneida Freire (Ministério do Turismo) – oneidafreire@brturbo.com.br
- 61 ■ Oscar de Moraes Cordeiro Netto (ANA) – oscar@ana.gov.br
- 62 ■ Patrick Thomas (ANA) - patrick@ana.gov.br

63 64 **RELATORIA:**

- 65 ■ Rachel Landgraf de Siqueira – SRH / MMA – Tel: (61) 4009-1007
- 66 (rachel.siqueira@mma.gov.br)

67 68 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

69 No dia 23 de novembro de 2005, com início às 9h30, a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso
70 de Recursos Hídricos – CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou
71 sua 40ª reunião em João Pessoa/PB, convocada há 12 dias, sob a presidência do Sr. Decio
72 Michellis Júnior, tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira. *Item 1 – Informes e*
73 *aprovação da ata da 39ª reunião da CTCOB.* 1- O Sr. Rodrigo Speziali informou que era
74 momento da elaboração da Proposta Orçamentária de 2006, para a qual ressaltou a importância
75 de articulações junto ao Congresso Nacional para emendas a favor do setor de Recursos
76 Hídricos. 2- Sobre o processo de redução de recursos para o setor, o Sr. Decio Michellis
77 mencionou um documento, inicialmente preparado pela Agência Nacional de Águas – ANA e
78 integrante da proposta do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que retrata a questão da gestão
79 ambiental nos últimos quatro exercícios governamentais. O produto analisa o rebatimento da
80 transversalidade de “Recursos Hídricos” em vários Ministérios, não apenas no aspecto da gestão,
81 mas também na insuficiência de orçamento. 3- O Sr. Jaildo Pereira comentou o andamento da
82 produção, pela CTCOB, do livro sobre cobrança pelo uso da água, o qual, inicialmente, estava
83 previsto para lançamento durante o 16º Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, ocorrido à
84 mesma época da 40ª reunião da CTCOB. Segundo o Sr. Jaildo, o livro, que já está com todo o
85 conteúdo, ainda precisa de ajustes por seus autores, o que deverá adiar sua publicação para
86 março de 2006, provavelmente na Semana da Água. 4- Por fim, a minuta da ata da 39ª reunião
87 foi aprovada sem alterações. *Item 2 – Análise de proposta de Resolução ao CNRH que “Aprova*
88 *mecanismos e valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos nas bacias hidrográficas*
89 *dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”.* O Sr. Decio Michellis contextualizou o processo:
90 durante a 80ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, em 7 e 8
91 de novembro de 2005, a Agência Nacional de Águas – ANA apresentou uma minuta de
92 Resolução do CNRH que tratava da aprovação dos mecanismos e valores para a cobrança pelo
93 uso de recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ.
94 Apesar do assunto ter sido debatido anteriormente na CTCOB, em 27 de outubro de 2005, ainda
95 não havia sido emitida, pela ANA, Nota Técnica para dirimir dúvidas da CTCOB e CTIL, e
96 subsidiar o CNRH na análise do tema. Na ocasião da 80ª reunião da CTIL, então, foi solicitada
97 uma Nota Técnica por meio do secretário executivo do CNRH, Sr. João Bosco Senra. Para
98 iniciar as discussões em torno do tema, o Sr. Patrick Thomas apresentou o conteúdo da Nota
99 Técnica ANA nº 476/2005/SOC, encaminhada à Secretaria Executiva do CNRH em 17 de
100 novembro de 2005, que traz uma avaliação, pela Agência, do início da cobrança nas bacias PCJ:
101 caracterização geral das bacias e análises dos mecanismos e valores de cobrança. O Sr. Patrick
102 abordou usos, disponibilidade e demandas; bases de cálculo, coeficientes multiplicadores e
103 critérios específicos/diferenciados para a definição dos mecanismos de cobrança; valores de
104 cobrança e sua progressividade; potencial de arrecadação; plano de investimentos; viabilidade

105 financeira da agência de água da bacia; e impacto dos valores da cobrança sobre os usuários.
106 Durante a explanação, observou todos os itens constantes da Deliberação Conjunta PCJ nº
107 25/2005 que necessitaram de adequação ao longo dos estudos realizados pela ANA. Todas as
108 modificações estavam constantes na proposta de Resolução CNRH encaminhada pela Agência,
109 as quais foram debatidas em conjunto com os comitês das bacias. Ao concluir sobre a Nota
110 Técnica, reproduziu que a *“Agência Nacional de Águas considera adequados os mecanismos de*
111 *cobrança pelo uso de recursos hídricos estabelecidos pelos Comitês PCJ e que os valores*
112 *propostos são compatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários e contribuirão*
113 *parcialmente com o programa de investimentos previsto do Plano de Recursos Hídricos das*
114 *bacias. Sugere-se ao CNRH a aprovação dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso de*
115 *recursos hídricos encaminhados pelos Comitês PCJ na sua Deliberação Conjunta no 25, de*
116 *2005, considerando as sugestões de alteração apresentadas e consolidadas em minuta de*
117 *Resolução CNRH.”* (apresentação anexa). O Sr. Patrick acrescentou a observação que na análise
118 feita, pela ANA, sobre a proposta dos comitês, procurou-se estudar apenas os aspectos
119 relacionados a mecanismos e valores de cobrança, pertinentes à sua competência. A Nota
120 Técnica ANA nº 476/2005/SOC não fala sobre as “outras providências” contidas na ementa da
121 deliberação conjunta dos comitês, que se referem, por exemplo, a mecanismos diferenciados de
122 hierarquização de investimentos, oriundas de possíveis contribuições voluntárias que os usuários
123 poderão efetuar na bacia. Após a explanação, o Sr. José Roberto Tricoli, presidente dos comitês
124 PCJ, entregou à presidência da CTCOB cópia de ofício (anexo), encaminhado ao Sr. João Bosco
125 Senra, que justamente retrata os debates ocorridos entre PCJ e ANA, e, conseqüentemente a
126 pertinência das alterações propostas pela Agência, referendadas pelo Plenário dos comitês.
127 Segundo o Sr. Roberto, a implantação do instrumento “cobrança” nas bacias exercerá um papel
128 importante na integração de todos os segmentos e na reversão de quadros que prejudicam a
129 sociedade, entre eles a pobreza e a mortalidade infantil. Dentro do debate, seguem algumas
130 manifestações que foram direcionadas aos técnicos da ANA e aos representantes do PCJ, para as
131 quais houve esclarecimentos e comentários: 1. CERH/SP - questionamento da não inclusão de
132 outros aspectos abordados pela Deliberação PCJ na Resolução CNRH, como um plano de
133 comunicação e a cobrança na ausência de outorga. Foi esclarecido que se não consta da
134 Resolução CNRH não significa que invalida outros pontos da Deliberação PCJ. No momento, o
135 CNRH analisaria, a pedido do PCJ, os mecanismos e valores de cobrança pelo uso da água. 2.
136 Indústria - atenção para 3 itens: “transposição interna e externa” (Qual a diferença?);
137 “regularização de usos” (deve estar claramente explicitado o que significa, na Resolução
138 CNRH); e “mecanismos de incentivo” (deve, realmente, ser ponto de diferenciação que estimule
139 o usuário. Exemplificação com o segmento Prestadores de Abastecimento de Água e
140 Esgotamento Sanitário: por lei, todos têm a obrigação de tratar seu esgoto. Como tratar seu
141 esgoto, pelos mecanismos de incentivo, pode dar a esse usuário uma bonificação? Já é obrigação
142 dele. Os mecanismos de incentivo têm que estar além do que é previsto por lei.). 3. OTEP - O
143 que comanda o processo de preços é o PUB (preço do uso de um bem público), o qual não pode
144 trazer imprecisões. Por ser um preço público de um bem público que domina todos os estados e
145 todas as instâncias da cadeia de relações intersetoriais da Economia, ele é um preço que
146 repercute em todos os produtos, desde no supermercado até a luz elétrica que pagamos. Portanto,
147 o PUB não pode conter resíduos, como consta no item “funcionamento da entidade delegatária”.
148 Tem que resultar em lucratividade zero, nem que isso atrase os investimentos. A cobrança pelo
149 uso da água não deve ter a obrigação de conter a poluição das bacias acumulada por muitas
150 décadas, e sim permitir o funcionamento do conjunto administrativo da bacia que trabalhará
151 pelas políticas públicas que venham a recuperar a qualidade das águas. Que isso seja refletido
152 nos estudos futuros em outras bacias. 4. Irrigantes – Preocupação com as medições de vazões.
153 Para investir em equipamentos, o produtor rural gasta muito. Os mecanismos de incentivo podem
154 não estar adequados. Para este último item ciado, representantes dos comitês PCJ argumentaram
155 que existem especialistas do setor rural não apenas na ANA, mas também dentro dos comitês, os
156 quais colaboraram na formulação da proposta de cobrança, inclusive com a promoção de

diálogos com cerca de 24 sindicatos regionais. Ao fim da manhã, foi dado intervalo para o almoço, entre 12h e 14h30. Já na parte da tarde, após discussões sobre a Nota Técnica, a CTCOB analisou o texto da minuta de Resolução, projetada para melhor visualização e facilitar as modificações. O Sr. Decio explicou o porquê da extensão/detalhamento do texto da Resolução, em comparação com a Resolução que aprovou a cobrança no CEIVAP. Isso porque havia pontos na Deliberação PCJ que transcendiam a competência do CNRH ao aprovar a proposta de cobrança. Nesse caso, pela complexidade da Deliberação PCJ, para não correr o risco de invalidar a Resolução CNRH, foi feita a incorporação dos demais pontos, buscando corrigir eventuais inseguranças jurídicas. Para o CEIVAP houve a aprovação com condicionantes, o que não seria recomendável nessa situação. A Resolução foi estudada bloco a bloco, juntamente com seus anexos, tendo sugestões e observações que produziram divergências/modificações, entre elas: 1. (sobre mecanismos de compensação) - Foi solicitada a isenção do pagamento ou compensação pelo lançamento de efluentes diante da comprovação que a carga orgânica presente no lançamento é menor ou igual à carga orgânica presente na água captada. 2. (sobre cobrança nas PCHs) - Ainda há questão pendente sobre a cobrança de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs (as agências reguladoras ANA e ANEEL não possuem a mesma opinião). Além disso, não basta um ato ANA/ANEEL que fixe o repasse para as tarifas. Para o setor hidrelétrico, é preciso um ato jurídico perfeito que disponha, inclusive sobre o mérito do pagamento. Segundo o segmento, as PCHs já pagam. Foi solicitada a supressão do Artigo 6º do Anexo I por 3 motivos: 1º. inconsistência jurídica citada anteriormente - é temerário que algo estabelecido pela Resolução CNRH esteja condicionado a ato normativo que ainda não existe; 2º. o valor proposto (1%) é superior à melhor interpretação conhecida hoje sobre pagamento, que é de 0,75%; e 3º. a, ainda, não manifestação da Advocacia Geral da União sobre o impasse – relatado já na 9ª Reunião Extraordinária do CNRH, em 2002, quando da análise da Deliberação nº 15 do CEIVAP. 3. (sobre reuso) – Que sejam revistos os mecanismos diferenciados de pagamento (incentivos) para os usuários que desenvolvem o reuso da água. Representantes do PCJ e ANA concordaram. 4. (PUB da transposição) – Houve a proposta de passar o PUB da transposição para R\$ 0,03, pois na opinião fere o princípio da isonomia. Quem capta e consome é penalizado em um valor maior, enquanto o que sai da bacia recebe cobrança menor. Ao fim dos debates, a minuta final de Resolução CNRH que trata deste item da pauta foi encaminhada a CTIL (entregue formalmente ao relator da câmara, que estava presente), a qual se reuniria no dia seguinte para análise da matéria. Dada a urgência, não seria necessário um despacho do Sr. João Bosco Senra. Para os representantes da Agência Nacional de Águas, as alterações sugeridas para a Resolução, pela CTCOB, aprimorou o conteúdo do documento. *Item 3 – 1ª reunião do GT12 – Cobrança pelo uso da água frente às especificidades regionais – em especial o caso Ceará.* O Sr. Francisco Lopes Viana, coordenador do GT, disse que o grupo não teve tempo para trazer novidades a CTCOB, mas que avalia um bom trabalho desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas que mostra alternativas de instrumentos importantes para o funcionamento das agências de bacia. *Item 4 – 11ª reunião do GTAAC.* Não houve reunião. Porém, o Sr. Decio registrou que a câmara estava aguardando os relatórios trimestrais solicitados à ANA, por meio de ofício do CNRH. *Item 5 – Assuntos gerais – Encerramento.* O Sr. Decio recebeu, pelas mãos da Sra. Rachel, uma carta do CEIVAP que informava sobre sua Deliberação nº 52/2005, a qual define metodologia e critério para a cobrança pelo uso de águas captadas, derivadas e transpostas da bacia do CEIVAP para a bacia do rio Guandu. Como não havia encaminhamento formal e pedido de urgência, a matéria seria pauta na próxima reunião da CTCOB em 2006. Não havendo demais assuntos, a reunião foi encerrada às 17h15.

Ata aprovada na 41ª reunião da CTCOB, em 2 de fevereiro de 2006.

Decio Michellis Júnior
Presidente da CTCOB

209
210
211
212

Rachel Landgraf de Siqueira
Relatora da CTCOB (substituta)